

A COMPARAÇÃO ENTRE OS REGIMES RETÓRICOS ANTIGO E MODERNO NO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR DE EDUARDO PRADO (1879-1901)

Rodrigo Perez Oliveira
Universidade Estácio de Sá¹

Recebido: 05/01/2016
Aprovado: 18/06/2016

Resumo: Eduardo Paulo da Silva Prado (1861-1901) foi um importante personagem da história política e intelectual brasileira dos últimos anos do século XIX. Destacando-se como um dos mais aguerridos inimigos da República proclamada pelo golpe militar de novembro de 1889, Prado enfrentou a perseguição da Ditadura florianista. Essa militância monárquica e antirrepublicana foi o aspecto mais abordado da trajetória de Eduardo Prado pelos estudos que já se debruçaram sobre o tema. Pretendo, neste artigo, contribuir para essa discussão através da análise da forma como o autor comparou os regimes retóricos antigo e moderno. No seu esforço de interpretar a realidade brasileira, Prado abordou a *ars rhetorica* de modo a desqualificar a retórica moderna bacharelesca, que ele julgava ser o simples floreio da palavra, e valorizar a retórica clássica, segundo a qual a palavra era um tipo de ação política virtuosa e prudente.

Palavras-chave: Eduardo Prado; Pensamento Político; Regimes Retóricos.

A COMPARISON BETWEEN THE ANCIENT AND MODERN RHETORICAL SCHEMES IN CONSERVATIVE POLITICAL THOUGHT OF EDUARDO PRADO (1879-1901)

Abstract: Eduardo Paulo da Silva Prado (1861-1901) was an important character in the Brazilian political and intellectual history of the last years of the nineteenth century. Standing out as one of the fiercest enemies of the Republic proclaimed by the military coup of November 1889, Prado faced persecution from florianista dictatorship. This antirrepublicana militancy was the most discussed aspect of the path of Eduardo Prado by studies that have considered on the subject. I intend in this article to contribute to this discussion by analyzing the way the author compared the ancient and modern rhetorical schemes. In its effort to interpret the Brazilian reality, Prado addressed the *ars rhetorica* in order to disqualify the scholastic modern rhetoric, which he thought was the simple word flourish, and enhance the classical rhetoric, according to which word was a kind of virtuous political action and prudent.

Keywords: Eduardo Prado; Political Thought; Rhetorical Schemes.

¹ E-mail: rodrigo.perez@estacio.br. Este artigo é uma adaptação do sétimo capítulo da minha tese de doutorado, que foi defendida em outubro de 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), filho caçula de uma das mais importantes famílias da elite cafeicultora paulista,² foi um dos mais atuantes intelectuais brasileiros nas últimas décadas do século XIX. Tendo iniciado a sua trajetória letrada no final da década de 1870, quando começou a escrever uma coluna semanal para o jornal “Correio Paulistano”, Prado visitou os mais diversos gêneros textuais, indo das crônicas políticas à historiografia, passando, também, pela prosa literária, pelas crônicas de costume e pelas narrativas de viagem. O autor não é um desconhecido pela bibliografia especializada no cenário político e intelectual brasileiro finissecular.³ Aqui, neste artigo, pretendo contribuir para a fortuna crítica da obra de Eduardo Prado, problematizando, especificamente, a comparação que ele estabeleceu, no seu esforço de interpretar a realidade nacional, entre os regimes retóricos antigo e moderno. A minha hipótese é que Prado, quando abordou tema da *ars rhetorica*, rejeitou a retórica moderna, considerada por ele o simples floreio da palavra, e valorizou a retórica antiga, o que o levou a mobilizar tópicos formulados por autoridades como Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

Ao examinar o pensamento político de Eduardo Prado na chave da tradição retórica, estou seguindo a trilha analítica aberta por José Murilo de Carvalho, que, em um estudo seminal, propôs que a retórica seja adotada como chave de leitura para a análise do pensamento político brasileiro oitocentista. O autor acredita que, nesse período, os princípios da retórica clássica circularam amplamente no meio

² O núcleo da família Prado era formado por Martinho, Veridiana e seus filhos (Anésia, Antônio, Caio, Martinho Jr, Ana Blandina e Eduardo), todos figuras de destaque na cena cultural, política e intelectual brasileira oitocentista. A família Prado tem especial importância na produção e na agro exportação de café, atividade na qual tem destaque a “Casa Prado & Chaves”, fundada em 1887 e que em pouco tempo se tornou a mais importante exportadora brasileira de café. Ver LEVI, Darrel E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

³ Destaco, entre os trabalhos que se dedicaram à cena intelectual brasileira no final do século XIX, os seguintes estudos, todos devidamente referenciados no final deste artigo: o livro de Roberto Ventura sobre as polêmicas literárias travadas entre os escritores brasileiros da época, os textos de Flora Sussekind, Leonardo de Afonso Miranda Pereira, e Nicolau Sevcenko sobre as relações entre a literatura e a política, e os livros de Alessandra El Far e João Paulo Coelho de Souza Rodrigues sobre a fundação da Academia Brasileira de Letras. Também são importantes o estudo de Ângela Alonso sobre as ideias da chamada “geração de 1870”, os textos de Lilia Schwarcz e Thomas Skidmore sobre o tratamento que a intelectualidade brasileira oitocentista deu ao tema da raça e o livro organizado por Newton Bignoto sobre a importância da tradição republicana nos debates políticos travados no Brasil ao longo do século XIX.

letrado brasileiro. Para Carvalho, “o peso da retórica é facilmente explicado pela análise da tradição escolástica portuguesa, sobretudo a que predominou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra”.⁴ Portanto, meu objetivo, neste artigo, é compreender como Prado mobilizou esses princípios retóricos. Por isso, um documento específico foi fundamental no desenvolvimento da pesquisa: trata-se do “Catálogo da Biblioteca de Eduardo Prado”, que foi organizado pelo livreiro Alfred Gazeau e publicado em 1916. De acordo com o catálogo, no momento da sua morte, Prado tinha, aproximadamente, 14.000 volumes no seu acervo, que são classificados pelo livreiro em diversas categorias, tais como agricultura, almanaques, jurisprudência, religião, história e política. Segundo Gazeau, “por motivos desconhecidos”, a maior parte desse acervo foi parar no *jockey club* de Buenos Aires, onde foi destruída por um incêndio que aconteceu em 1953. O mais importante nesse material, para mim, é o cuidado que o livreiro teve de especificar as edições dos títulos que faziam parte do acervo, o que me permite ter alguma noção a respeito dos interesses bibliográficos de Eduardo Prado. Tenho a clareza de que a presença, por si só, de um determinado livro no acervo do autor não significa, necessariamente, que ele tenha lido o texto e, tampouco, o utilizado nas suas intervenções políticas e intelectuais. Porém, quando somadas à análise do escritos de Prado, as informações contidas no catálogo servem como uma importante ferramenta de análise.

Na posição de um dos principais adversários do regime republicano fundado pelo golpe militar de novembro de 1889, Eduardo Prado costumar ser associado ao movimento monarquista que desestabilizou as novas instituições ao longo da década de 1890.⁵ Neste artigo, tento não ficar restrito à dicotomia

⁴ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000. p 130.

⁵ Esse argumento foi desenvolvido pelos seguintes estudos, todos devidamente referenciados no final deste artigo: o artigo “Monarquismo de Eduardo Prado”, escrito por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, e publicado em 13 de setembro de 1901 no jornal “Comércio de São Paulo”, os artigos escritos pelo Padre Severiano Rezende e publicados no jornal “Diário de São Paulo” em 1908, as biografias escritas por Sebastião Pagano e Cândido da Mota Filho em 1960, na ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Eduardo Prado, o livro de Darrel Levi sobre a trajetória da Família Prado, com ênfase na análise da atuação política dos quatro filhos de Veridiana e Martinho Prado, o livro Maria de Lourdes Mônaco Janotti sobre a atuação dos monarquistas nos primeiros anos da República, o livro de Suely Robles Reis sobre a atuação dos jacobinos floridianistas, o livro de Carlos Henrique Armani sobre a ontologia nacional formulada por

Monarquia X República, o que não quer dizer que eu esteja desconsiderando esse importante aspecto da biografia do autor. Para organizar melhor a minha argumentação, divido este artigo em duas seções, cada uma sendo voltada ao estudo dos textos de Prado nos quais ele se dedicou de forma mais específica ao problema da retórica: na primeira, estou interessado em analisar como Eduardo Prado, na esteira dos valores conservadores que podem ser encontrados nos textos de autores como Edmund Burke (1729-1797) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), definiu o bacharelismo como a fonte maior dos infortúnios da nação. Na segunda parte, eu me debruço sobre o contraponto que Prado apresentou à retórica bacharelesca. Aqui, percebo o uso que o autor fez das tópicas da retórica clássica, ainda que raramente ele tenha feito citado explicitamente as suas referências.

O bacharelismo como a fonte dos infortúnios da nação

Nada mais restaria à espécie humana se não curvar-se sobre os salgueiros da desesperação, se a abstrata retórica metafísica dos senhores deputados se perdesse para sempre no verniz das balaustradas da assembleia, escoando-se pelas frestas das vidraças, volatizando-se no espaço como a poeira soprada pelo vento.⁶ (Grifos Meus)

Em todos os cantos o que se vê, em Montevideo, são muitos generais e alguns soldados, sendo os generais, homens apalavrados de enfeitada conversa, mais parecidos com bacharéis do que com militares. Ainda na manhã em que visitamos a universidade, vimo-los em exercício numa praça. As cores dos uniformes são brilhantes – vermelha, azul, e a regularidade das manobras, perfeita. Mais tarde, indagamos de um oriental se a tropa era disciplinada. Depois de alguma hesitação, disse-nos: - Eles manobram bem.⁷ (Grifos Meus)

Os dois trechos datam de meados da década de 1880, quando Eduardo Prado era um jovem cronista vinculado ao Partido Conservador paulista. Esses escritos de juventude sugerem que o autor tinha uma ativa vida pública antes mesmo da proclamação da República, algo que foi pouco explorado pela

Eduardo Prado, a tese de Carmem Lúcia Tavares Filgueiras sobre análise que Eduardo Prado fez dos EUA, o livro de Carlos Berriel sobre as semelhanças e diferenças existentes entre os textos de Eduardo Prado e seu sobrinho, Paulo Prado, o livro Nancy Leonzo sobre a atuação de Eduardo Prado como um empresário do ramo agroexportador e o artigo de Ângela Alonso sobre a atuação dos monarquistas católicos nos primeiros anos da República.

⁶ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

⁷ PRADO, Eduardo. **Viagens**. São Paulo. Tipografia Salesiana: 1902. p. 34-35.

bibliografia especializada e que tentei examinar com mais cuidado na tese de doutorado que defendi recentemente. A primeira citação foi publicada na coluna “Crônicas da Assembleia”, em 27 janeiro de 1882, quando Prado comentou a “questão dos contratos de imprensa”, que tanto atraía a atenção dos Deputados paulistas. Até o início desse ano, estava vigente o contrato entre o jornal liberal “A Tribuna Liberal” e a Assembleia Provincial, sendo, exatamente, as discussões a respeito da renovação do contrato o tema abordado pelo autor na sua coluna. Como fica claro no trecho, Eduardo Prado ironizou a preocupação dos parlamentares em garantir o registro dos debates legislativos. Ele caracterizou os discursos dos Deputados como “abstrata retórica metafísica”, o que desqualificaria a atuação política dos parlamentares paulistas. Para Prado, “[...] Enquanto os nobres Deputados falam, falam e nada dizem, a vida cotidiana do povo paulista não é considerada uma prioridade pela representação bacharelesca dessa província⁸”.⁹ Argumentação semelhante foi desenvolvida na segunda citação, que faz parte dos relatos das viagens do autor pela América Latina. De acordo com ele, a “enfeitada conversa” e o “estilo bacharelesco” dos militares uruguaios comprometiam a eficiência do Exército daquele país.

Percebo, portanto, em ambas as citações, o mesmo chamado à empiria, à realidade prática da existência, sendo que isso foi feito através da negação de uma certa concepção moderna de retórica. Quando criticou a atuação parlamentar dos Deputados paulistas, caracterizando os seus discursos como “abstrata retórica metafísica”, Prado pôs em prática um dos elementos mais fundamentais do comportamento político/conservador moderno: “o imperativo de que cada ideia deva ser julgada por sua congruência com a realidade”, nas palavras de Karl Mannheim.¹⁰ Esse mesmo tipo de apelo realista pode ser encontrado nos principais representantes do pensamento conservador, como Edmund Burke e Alexis Tocqueville. Os textos desses autores são examinados ao longo desta seção. Munido desse argumento, Prado criticou o comportamento político do Exército brasileiro ao longo ao longo dos anos 1870 e 1880, definiu o “palavrório

⁸PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

⁹MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 124

bacharelesco” como um dos principais problemas da formação social brasileira, o que o aproxima, também, de outros importantes representantes do pensamento político conservador brasileiro, tais como Alberto Torres, Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

Percebo no plano de fundo da crítica de Eduardo Prado ao bacharelismo brasileiro, a crítica ao regime retórico moderno, considerado pelo autor um mero artifício estilístico voltado, tão somente, ao adorno da palavra, sem qualquer preocupação com a dimensão prática do discurso. Essa rejeição à retórica bacharelesca fica clara já em abril de 1880, quando Prado dava seus primeiros passos como cronista político. A essa altura, a Assembleia legislativa paulista discutia o projeto de reforma educacional proposto pelo Deputado Inglês de Souza, vinculado ao Partido Liberal e, portanto, adversário político de Eduardo Prado. Como já podemos esperar, Prado criticou o projeto. Porém, estou interessando, especialmente, na forma como ele ironizou a performance retórica dos parlamentares.

Na primeira seção noturna, os nobres deputados paulistas, à luz dos lampiões de gás, discutiram por horas o projeto de reforma da instrução pública proposto pelo nobre Deputado Inglês de Souza. Admitindo a sua filiação ao credo positivista, o Deputado fez jus à metafísica e especulou até não poder mais, fazendo com que os seus colegas e os poucos cidadãos que ocupavam as galerias aproveitassem a noite para ... dormir.¹¹ (Grifos Meus)

Além de criticar os custos que as sessões noturnas estavam trazendo ao tesouro público, Eduardo Prado utilizou o discurso do Deputado liberal como pretexto para acusar o “despreparo retórico” de alguns dos parlamentares paulistas. Para o autor,

os membros do Partido Liberal citam autoridades de todas as nações, homens que escreveram a partir de outras realidades, para outros públicos. Nenhum deles é útil para a apreciação dos problemas que afligem os habitantes dessa província. Os parlamentares não seguem as lições ministradas pelos mestres da retórica.¹²

¹¹ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 08 de abril de 1880.

¹² Idem.

Prado não citou os tais “mestres da retórica”, cuja leitura, segundo ele, deveria ser obrigatória para os Deputados. Ainda assim, acredito ser possível sugerir algumas possibilidades, levando em consideração o catálogo da sua biblioteca e a sua atuação discursiva. É, justamente, essa o problema que examino na próxima seção. Por ora, sigo na análise da rejeição de Eduardo Prado ao regime retórico moderno, uma rejeição que não era especificamente sua, mas recorrente nos escritores brasileiros que tiveram uma relação mais estreita com a ideologia conservadora moderna. No estudo que citei há pouco, José Murilo de Carvalho destaca a observação feita por Oliveira Viana de que “sem citação de autoridades estrangeiras, nenhum pensador nacional seria levado a sério”.¹³ Segundo Carvalho, o gosto dos oradores brasileiros pelas referências estrangeiras pode ser identificado, também, nos discursos proferidos no Conselho de Estado, que durante o período monárquico representou o mais alto degrau de uma trajetória política.

Tratava-se de um grupo homogêneo de pessoas que não tinha diante de si um auditório diversificado e mal informado que fosse necessário impressionar e convencer pela exibição de erudição. No entanto, lá também, as falas eram marcadas por abundantes citações de autores estrangeiros, além de muitas expressões latinas. O mais curioso é que frequentemente a mesma autoridade era usada para justificar posições divergentes. Podia acontecer também que a citação fosse feita para sancionar um determinado discurso que, no entanto, seria abandonado na hora do voto sobre questões práticas.¹⁴

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho nos apresenta uma argumentação muito parecida com a de Eduardo Prado. Para ambos os autores, as referências internacionais eram mobilizadas artificialmente pelos oradores brasileiros, que as usavam como argumento de autoridade. Em vários aspectos, as interpretações sistematizadas por José Murilo de Carvalho nos seus estudos a respeito da história brasileira oitocentista são semelhantes àquelas que foram desenvolvidas por Eduardo Prado no final do século XIX. Tal semelhança, somada ao fato de que, na efeméride ao centenário da morte de Eduardo Prado, realizada na sede da

¹³ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000. p. 127.

¹⁴ *Ibidem*. p. 128.

Academia Brasileira de Letras em agosto de 2001, José Murilo de Carvalho ter discursado em homenagem à obra do escritor paulista, sugere o seu contato com os textos do autor cuja obra estou examinando. Os vínculos entre a historiografia de José Murilo de Carvalho e a interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado ainda não foram explorados nos estudos dedicados à história da historiografia brasileira. Não é meu objetivo fazê-lo, pelo menos não aqui, neste artigo.

O mais importante para a argumentação que estou desenvolvendo é que ao criticar à retórica bacharelesca brasileira, Prado não está desqualificando a tradição retórica em si, mas sim a falta de interesse por parte dos nossos oradores oitocentistas pelas reais condições do Brasil. O autor parece estar rejeitando, portanto, a apropriação moderna e romântica instituição retórica, segundo a qual a retórica é um “conjunto de tropos e figuras de linguagem voltado aos artifícios do estilo”.¹⁵ Para Prado, então, a “retórica bacharelesca” brasileira era vazia porque estava mais preocupada com a forma do discurso do que com a sua capacidade em compreender e modificar a realidade. Como já comentei antes, o apelo empírico que caracterizou as críticas de Eduardo Prado ao procedimento retórico que ele afirmou ser típico do bacharelismo brasileiro, pode ser encontrado, também, nos textos de outros importantes autores que, entre o final do século XIX e meados do século XX, se empenharam em inventariar os infortúnios da nação. Além da já citada crítica de Oliveira Viana ao “gosto nacional pelas autoridades estrangeiras”, destaco aquele que é um dos principais representantes da vertente autoritária do nosso conservadorismo: Alberto Torres. Escrevendo na primeira década do século XX, Torres criticou o bacharelismo brasileiro de forma bem semelhante àquela que Eduardo Prado fizera poucos anos antes e como Oliveira Viana e Gilberto Freyre fariam alguns anos depois.

Os problemas da terra, da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social ficaram entregues ao acaso; o

¹⁵ GENETTE, Gérard. A retórica restrita. In: COHEN, Jean (Org). **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 16-17. Segundo o autor, o classicismo francês do século XVII, criou um cânone retórico baseado em poetas, como Homero e Virgílio, o que fez com que o pensamento moderno diminuísse a importância dessa tradição, passando a considerá-la na perspectiva puramente estética.

Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos, eram simples bacharéis – doutos parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas ou vazias.¹⁶

Para Gilberto Freyre,

A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe para a vida brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas e em oposição às portuguesas: revolta de filhos contra país.¹⁷

Temos, portanto, nos textos desses autores, a recorrência da mesma associação entre bacharelismo e “discussão abstrata e vazia” e a mesma definição da perspectiva empírico/realista como a mais adequada para a formulação intelectual e para a ação política. Essa recorrência, de acordo com os estudos de Christian Lynch, não é uma simples coincidência, mas sim a demonstração da força dos valores conservadores no pensamento político brasileiro. Para esse autor, esses valores começaram a se tornar hegemônicos no Brasil já na primeira metade do século XIX.

O discurso político conservador que, entre as décadas de 1830 e 1850, firmou essa ideologia na forma de um modelo institucional, conformou um tipo particular de conservadorismo liberal, que parte de um determinado diagnóstico dito realista ou sociológico da sociedade brasileira, considerada ainda na minoridade devido aos males de sua formação social. A partir desta constatação, prega-se a organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e, a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras, no sentido de veicular o progresso nacional.¹⁸

O conservadorismo se estabeleceu como ideologia política a partir dos impactos da Revolução Francesa na cultura política ocidental. Esse é o tema mais abordado pelos autores que, desde o final do século XVIII, estabeleceram os

¹⁶ TORRES, Alberto. A organização nacional. **Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brasil**, n. 11, 3º tri. 1908.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global, 2004. p. 720.

¹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: NUNES, Gabriela; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 23-54. p. 26.

elementos fundamentais da agenda político/intelectual conservadora. Em seu exercício de delimitação das principais características do pensamento conservador, Karl Mannheim chamou atenção para a rejeição conservadora aos “sistemas racionais fechados”, típicos de algumas correntes da filosofia moderna. Nas palavras do autor, “[para um conservador], nada é mais distante dos acontecimentos reais que o sistema racional fechado. Em determinadas circunstâncias, nada contém um impulso mais irracional do que uma visão de mundo intelectualista e totalmente autossuficiente”.¹⁹ Essa rejeição se desdobrou na adesão a um tipo de conhecimento mais atento às condições práticas da realidade, mais empírico, podemos dizer. Para Robert Nisbet, outro importante estudioso do tema, o tipo de conhecimento privilegiado pela “mentalidade conservadora” é o “conhecimento de”,

que adquirimos simplesmente através da experiência, através da revelação da vida ou, pelo menos, de áreas importantes dela. A sua essência é o aspecto prático. Torna-se parte integrante do nosso carácter porque a sua origem está no processo de habituação, na transformação em predisposição generalizada ou instinto do conhecimento adquirido através da experiência consciente ou inconsciente e das experiências e erros vulgares.²⁰

O apreço do conservadorismo moderno ao conhecimento empírico não foi destacado apenas pelos intérpretes que, *a posteriori*, estudaram o tema. Esse apreço pode ser identificado, com alguma facilidade, nos textos dos próprios “pais fundadores” do pensamento político conservador. Alexis Tocqueville, por exemplo, ao comentar o comportamento político dos jacobinos na Revolução Francesa, disse que “estava cheio de palavras abstratas, discursos floreados, sonoras frases feitas e jogos literários”,²¹ impressão que também foi exposta por Edmund Burke, para quem “as reformas somente são úteis quando maturadas à luz da experiência, devendo ser rejeitadas as propostas calcadas apenas em princípios metafísicos, como a dos jacobinos, que com palavras floreadas botaram na cabeça do povo fantasias irresistíveis de liberdade, igualdade e justiça absoluta”.²² Como fica claro,

¹⁹ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.242.

²⁰ NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987. p. 60-61

²¹ TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. UNB: Brasília: 1997. p. 82.

²² BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: EDIPRO: 2014. p. 32.

Tocqueville e Burke criticaram os revolucionários franceses com o mesmo argumento que Eduardo Prado usaria no final do século XIX para apontar os defeitos do bacharelismo brasileiro. Os principais textos de Tocqueville e Burke também compunham o acervo bibliográfico de Prado.²³

A rejeição de Prado ao bacharelismo e à retórica moderna fica ainda mais clara nos textos nos quais ele abordou, no calor dos acontecimentos, a proclamação da República brasileira e o comportamento dos legisladores responsáveis pela consolidação institucional do novo regime. Eduardo Prado estava em Portugal na ocasião do golpe militar que, em novembro de 1889, proclamou a República no Brasil. Por esses tempos, ele circulava pelas rodas intelectuais europeias, especialmente pelo grupo dos escritores portugueses conhecidos como “Vencidos na Vida”. Para os seus biógrafos, Prado estava vivendo um momento de “puro diletantismo e descompromisso com os assuntos da pátria”²⁴ e, por isso, o fim da Monarquia, ao mesmo tempo, “o surpreendeu e despertou nele todo o seu furor patriótico”.²⁵ Ao estudar a trajetória de Eduardo Prado na segunda metade da década de 1880, não identifiquei nem o “descompromisso” do qual fala Cândido da Mota Filho e nem a “surpresa” que, segundo Sebastião Pagano, teria caracterizado a forma como o autor recebeu a notícia da proclamação da República. As correspondências que Eduardo Prado trocou com seus interlocutores portugueses, especialmente com Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, entre 1886 e 1889, demonstram que ele estava bastante atento aos acontecimentos brasileiros.²⁶

Ainda em abril de 1888, portanto, alguns meses antes da intervenção militar que proclamou a República, o jornal português “Correio Mercantil” publicou um pequeno artigo escrito pelo autor, um texto intitulado “Destinos políticos do Brasil”.

No Brasil, os bacharéis a serviço da República se agitam e já contaminam os quartéis, onde a tropa se insufla, contando com o apoio de generais bacharéis

²³ De acordo com o catálogo, Prado, de Tocqueville, tinha uma edição, de 1874, do “O Antigo Regime e a Revolução”, uma de 1878 do “A Democracia na América”, ambas em língua francesa. Já de Burke, consta o “Considerações sobre a Revolução Inglesa”, de 1881, em língua inglesa.

²⁴ MOTA, FILHO Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 203.

²⁵ PAGANO, Sebastião. **Eduardo Prado e sua época**. São Paulo: O Cetro, 1967. p. 89-90.

²⁶ Analisei a interlocução de Prado com esses escritores portugueses no sexto capítulo da já citada tese de doutorado que desenvolvi nos quadros do Programa de PósGraduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ver OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Op .Cit.

que agem com o politicismo típico dos pronunciamentos retóricos. Continuará a existir a monarquia? Continuará a existir o Brasil unido?²⁷

Esse texto quase não atraiu a atenção dos estudiosos que, desde a primeira década do século XX, se debruçaram sobre a trajetória político/intelectual de Eduardo Prado. Talvez, por isso, tenha se fortalecido a percepção de que o autor recebeu com surpresa a notícia da Proclamação da República, evento que teria sido o responsável pelo fim da sua apatia política e do seu desinteresse pelas questões nacionais. José Honório Rodrigues foi um dos poucos intérpretes a chamarem atenção para esse texto, dizendo que Prado desejava

fazer a minoria dirigente brasileira, monarquista ou republicana, uma séria advertência sobre os perigos que ameaçavam o Brasil na sua unidade e integridade. (...) Mas ele chegou tarde, quando a conspiração ia longe demais para fazê-la parar e os conservadores e liberais monarquistas estavam paralisadas pela abolição da escravatura.²⁸

O Brasil estaria, portanto, para Eduardo Prado, vivendo uma crise provocada pelo descompromisso do bacharelismo com a realidade e pela insubordinação e indisciplina que agitavam os quartéis. Esses mesmos argumentos foram retomados pelo autor quando, apenas um mês após a proclamação da República, foi publicado, na “Revista de Portugal”,²⁹ o seu primeiro texto sobre a proclamação da República, o primeiro de uma série de seis artigos que tiveram grande repercussão,³⁰ no Brasil e na Europa, e que se tornariam as mais

²⁷ PRADO, Eduardo. **Jornal Correio Português**. Abril de 1888.

²⁸ RODRIGUES, José Honório. **A História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1973. p. 74.

²⁹ A “Revista de Portugal” foi um dos principais empreendimentos literários de Eça de Queirós, já tendo sido objeto de estudos que se debruçaram sobre a trajetória desse romancista português. Para Miranda Andrade, a publicação “chegou a ser a expressão mais elevada da intelectualidade portuguesa. O seu alto nível cultural – e não se faz uma afirmação meramente retórica – deu-lhe foros de categorizada revista europeia”. O autor afirma que o objetivo de Eça de Queirós era “projetar na Europa as produções literárias portuguesas, as obras artísticas, o desenvolvimento científico, o pensamento nacional, enfim sua contribuição cultural ao debate europeu”. A Revista de Portugal circulou entre julho de 1889 e maio de 1892. Ver ANDRADE, Miranda. **Eça de Queiroz e a Revista de Portugal**. 1 ed. Lisboa: Revista Ocidente, 1984. p. 26.

³⁰ Os artigos dos “Fastos” tiveram grande repercussão, sendo traduzidos e publicados em jornais alemães, ingleses e franceses. No Brasil, os textos circularam amplamente pelas províncias, o que fez com que o governo da República tenha enviado o jornalista Eduardo Salomonde à Europa para tentar rebater as críticas de Eduardo Prado. Era um momento no qual a jovem República ainda buscava o reconhecimento internacional e, por isso, era necessário defender a imagem do novo Regime. O jornal “A República Portuguesa” foi o principal espaço utilizado por Salomonde na sua defesa, contando para isso com o ajuda do publicista português José Pereira de Sampaio, o Bruno,

importantes páginas do pensamento político brasileiro restaurador, fazendo de Eduardo Prado o principal inimigo da imprensa republicana brasileira.³¹

Ora, em todo o país em que houver um partido adverso à forma de governo, partido ardente e exacerbado pela impossibilidade de legalmente realizar a sua ambição, e ao lado desse partido houver um exército tão justamente descontente de si mesmo e de todo o mundo, como o exército brasileiro, o acordo entre essas duas forças será fatal porque lógico.³²

Com essas palavras, Eduardo Prado, assinando o pseudônimo “Frederico de S.”, iniciou o artigo “Os Acontecimentos do Brasil”, que foi publicado na edição de dezembro de 1889, na “Revista de Portugal”, tendo sido o primeiro dos seis textos que, até maio de 1890, se dedicariam à análise dos primeiros passos da República brasileira. Já nessas primeiras linhas, o autor apresenta aquele que seria o seu principal argumento na explicação dos fatores que levaram à extinção Monarquia: a proclamação da República teria sido o resultado da união dos bacharéis insatisfeitos com os militares indisciplinados.

Nos artigos dos “Fastos”, Prado criticou, especialmente, a formação dos militares do Exército brasileiro, que, segundo ele, desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870), estavam mais preocupados com as discussões doutrinárias do que com as especificidades práticas do seu ofício. “Muitos dos oficiais brasileiros são apenas bacharéis de espada; eles prezam mais do que tudo as graduações do seu curso matemático, e o título de bacharel ou de doutor é por eles mesmos anteposto à designação das suas patentes”.³³ Contemporaneamente aos fatos, Prado examinou a conjuntura política brasileira, buscando compreender os

que foi um dos principais adversários que Eduardo Prado enfrentou na sua campanha internacional contra a República.

³¹ Para a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, as discussões provocadas pelos textos de Eduardo Prado que foram publicados na “Revista de Portugal” representaram o primeiro grande constrangimento para as novas instituições. Segundo a autora, “as ideias de Eduardo Prado serviram como uma plataforma da base ideológica do grupo em formação. Conseguindo denunciar escândalos, sobre membros do governo, militares banqueiros e comerciantes, e também comprovar com fatos as violações das liberdades públicas e privadas, seus artigos constituíram-se em uma sistematização do discurso monarquista em um primeiro momento” (p. 34). A autora afirma, também, que os veículos da imprensa republicana se esforçaram em desqualificar as críticas de Prado, atacando a “Revista de Portugal” por “por veicular, no exterior, uma visão míope e detratora da realidade nacional” (p. 35). Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³² PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 2.

³³ *Ibidem*. p. 26.

motivos que levaram os militares do Exército a proclamarem a República e, segundo ele, instaurarem um governo tirânico que, ao contrário da Monarquia, não respeitava as liberdades mais fundamentais. Em um primeiro momento da sua análise, ainda no calor dos acontecimentos, o autor afirmou que a contaminação do Exército pelo bacharelismo havia sido a principal causa do fim do regime político governado pelo Imperador D. Pedro II.

O soldado brasileiro que, na Guerra do Paraguai, mostrou uma bravura tão constante, uma abnegação tão comovente nos maiores sofrimentos, tem ainda hoje as mesmas qualidades. Infelizmente, não é boa a direção dada a essas qualidades. O oficial novo é de um tipo bem diferente do antigo. Já não existe mais o velho militar, descendente direto da milícia portuguesa das campanhas peninsulares, raça de oficiais aguerridos nas lutas do Sul do Brasil, que salvou a unidade do país sufocando as revoltas, sustentou a honra brasileira e defendeu a civilização, destruindo as tiranias militares de Rosas e de Lopez. Não eram talvez muito instruídos esses bravos; mas eram claros exemplos de fidelidade à honra dos seus juramentos. As suas ideias simples, feitas mais de sentimento e hábitos de dedicação do que de complicados raciocínios, não lhes permitiam sutilezas e distinções, quando se tratava do dever militar. O oficial novo, no Brasil, ouviu nas escolas maior número de professores. Esses professores (pelo menos muitos deles) ou são bacharéis discursadores, ou são militares de livro francês, filosofantes do positivismo, desses que para a exposição dessa escola tiveram a habilidade de criar no Brasil uma retórica especial.³⁴ (Grifos Meus)

O autor divide, como podemos perceber, os oficiais do Exército brasileiro em dois tipos: o velho, que tinha como modelo o soldado especializado na técnica da guerra, que lutou pela pátria nos campos paraguaios, e o novo, que teria perdido o interesse pelos assuntos práticos da profissão das armas e se tornado um bacharel dado às especulações teóricas. Para Prado, Benjamin Constant foi o modelo típico desse “bacharel de fardas”, o grande responsável pela corrupção do Exército brasileiro com os pronunciamentos políticos: “Benjamin Constant corrompeu a inteligência da mocidade ensinando-lhe a doutrina endeusadora da tirania, que se chama positivismo”.³⁵ As críticas de Eduardo Prado a Benjamin Constant ficaram bem explícitas na análise que o autor fez a respeito do projeto de reforma do ensino militar, que foi apresentado por Constant em abril de 1890. Definindo o projeto como um “preâmbulo humanitário”, Prado o caracterizou

³⁴ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 25.

³⁵ PRADO, Eduardo. **Jornal A Bomba**. 09 de novembro de 1894.

como “uma coletânea de ciências inúteis, que mostra como o seu redator não tolera os militares que se contentam com as glórias puras de sua nobilíssima profissão”.³⁶

À sombra dos seus numerosos empregos, o sr Benjamin Constant conspirou contra as instituições que jurara defender e inculcou o espírito de indisciplina no exército brasileiro, que dos seus antigos mestres tinha recebido lições mais úteis e, sobretudo, exemplos mais nobres.³⁷

Acredito que os textos dos “Fastos” não devem ser lidos na perspectiva de uma manifestação antimilitar, mas sim como um exercício de interpretação que apontou a politização do exército, após o final da Guerra do Paraguai, como o principal elemento de crise da Monarquia. Porém, ainda que estivesse falando no calor dos acontecimentos e comprometido com o projeto da restauração monárquica, Prado teve o cuidado de não fundamentar a sua análise da crise política da década de 1880 em apenas um elemento. Para ele, o militarismo político pode ser explicado, também, pela influência perniciosa de Benjamin Constant e do positivismo, mas não só. No diagnóstico do autor,

Será, porém, injusto quem só condenar os militares; menos dignos e mais audazes, nas valentias sem perigo, são os bacharéis ministros, antigos advogados e jornalistas encanecidos na prática inveterada do artigo em favor de todas as liberdades e do arrojado em defesa dos direitos do homem em geral (e dos raros clientes em particular).³⁸

Os bacharéis civis teriam, de acordo com o autor, contaminado o Exército com suas pregações filosóficas e com a defesa “de todas as liberdades” e dos “direitos do homem”. Na citação, ainda que não tenha se aprofundado nessa discussão, Prado, ao novamente criticar o bacharelismo brasileiro, parece ter apontado para outro problema do comportamento político/intelectual bacharelesco, algo que não se restringe, apenas, ao desapego às condições práticas da existência: a importância, considerada inadequada pelo autor, atribuída à filosofia moderna, especialmente ao princípio do Direito Natural.³⁹ Ainda sobre o

³⁶ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura...** Op. Cit., p. 108.

³⁷ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 123.

³⁸ *Ibidem.* p. 23.

³⁹ Novamente, remeto o leitor à minha tese de doutorado, especialmente ao quinto capítulo, onde examino o tratamento que Prado deu à filosofia do direito natural.

militarismo político e a suas relações com a proclamação da República, Prado argumentou que

Os militares, como grande parte da população do Rio de Janeiro e das cidades do Brasil, sofrem de um nervosismo especial, talvez próprio nos países quentes, onde a ociosidade é comum; onde a razão é de impressões fáceis; onde a palavra, sob a forma de discurso, é um prazer, que na função ativa do orador, quer na função passiva de ouvinte, e é, em todo caso, a mais barata das distrações.⁴⁰

O governo monárquico cometeu um erro imenso deixando ao ensino militar o seu caráter exclusivamente teórico. O sr Dom. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão abacharelar o oficial do exército, que agora naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante.⁴¹

Para o autor, o tão nefasto militarismo político pode ser explicado, também, pela influência do clima e pelo próprio temperamento “bacharelesco” do Imperador D. Pedro II. Naquilo que se refere à associação do bacharelismo militar ao clima, Prado destaca os efeitos deletérios da natureza sobre a formação do caráter do brasileiro e aponta para aquela que, pouco tempo depois, se tornaria a grande característica da sua interpretação do Brasil: a definição da natureza como um obstáculo à implantação da civilização nos trópicos, o que valoriza, ainda mais, a ação colonial portuguesa, e católica, na América. Essa interpretação teve eco na produção ensaística que na primeira metade do século XX tratou o problema da nacionalidade brasileira. Remeto-me, aqui, especialmente, aos textos de Gilberto Freyre.⁴²

Até mesmo o Imperador D. Pedro II, a quem Eduardo Prado tanto estimava, foi responsabilizado pela grande mal que teria sido a politização do exército. O autor definiu o Monarca como o “primeiro dos bacharéis”, como o “Rei Civil que se preocupou mais em ler os últimos compêndios franceses do que enxergar os reais riscos que ameaçavam o seu trono”. Portanto, a extinção da Monarquia se explicaria, também, segundo Prado, pelo “espírito bacharelesco” do próprio

⁴⁰ PRADO, Eduardo. **Fastos da ditadura...** Op. Cit., p. 26.

⁴¹ Ibidem. p. 26.

⁴² Outra vez, direciono o leitor à minha tese de doutorado, especificamente ao oitavo capítulo, onde me debruço sobre a interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado. OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Op. Cit.

Imperador, que “com seu pacifismo civilista” teria transformado o Exército em uma instituição de “formação de bacharéis”, quando deveria ser “uma corporação disciplinada, técnica e obediente”. Esse argumento teve eco na historiografia brasileira, o que torna Eduardo Prado uma das principais matrizes para os estudos que, até os nossos dias, se debruçaram sobre o problema da crise da Monarquia.⁴³

É importante deixar claro que, como eu já comentei antes, ao criticar à retórica bacharelesca brasileira, Prado não está desqualificando a tradição retórica em si, mas sim a falta de interesse por parte dos nossos oradores oitocentistas pelas reais condições do Brasil. Isso fica claro em um texto datado de novembro de 1889.

O bom gosto retórico, a própria e simples clareza da língua, são coisas adversas à pompa dos ditirambos bacharelescos, o apego aos autores estrangeiros ou à fúria das invectivas, muito eloquentes em nossa terra, mas impossíveis no meio europeu, sempre existente na proporção justa entre os fatos e a linguagem que os aprecia.⁴⁴

O que seria esse “bom gosto retórico” do qual nos fala Eduardo Prado?

A mobilização das tópicas da retórica clássica

Os nobres Deputados liberais, que defendem com unhas e dentes o projeto do sr Inglês de Souza, não se cansam de citar Hipeau e outros escritores estrangeiros como floreio de argumentação. Os ilustres parlamentares esqueceram, ou jamais aprenderam, as lições retóricas ministradas por aqueles que deveriam ser referência para todos os moradores da Assembleia provincial.⁴⁵ (Grifos Meus)

A citação faz parte da coluna “Crônicas da Assembleia”, publicada no jornal “Correio Paulistano” em abril de 1880. Nesse momento, Prado era um jovem cronista de vinte anos que dividia seu tempo entre os estudos jurídicos na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo e atuação política junto ao Partido Conservador, do qual seu irmão mais velho, Antônio, era o principal líder. Para o autor, os Deputados liberais demonstravam grande despreparo retórico, na

⁴³ Entre os autores que, de alguma forma, herdaram a interpretação desenvolvida por Eduardo a respeito da proclamação da República brasileira, destaco Gilberto Freyre, José Murilo de Carvalho, Vitor Izecksohn, Renato Lemos e Frank MacCam. Todos esses estudos estão devidamente referenciados no final deste artigo.

⁴⁴ PRADO, Eduardo. “Jornal do Comércio”. 27 de novembro de 1889. (Coletâneas, v. 1, p. 237).

⁴⁵ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 08 de abril de 1880.

medida em que “esqueceram, ou jamais aprenderam” as lições retóricas verdadeiramente úteis ao exercício da vida política. Como Prado não estava preocupado em discutir teoria política, não há, na maioria dos seus escritos, um esforço deliberado de apontar as suas referências. Porém, uma leitura atenta de alguns dos seus textos, à luz da tradição retórica clássica e do já citado catálogo da sua biblioteca, permite, espero, arriscar algumas hipóteses.

Para Prado, a “boa retórica” seria aquela na qual as técnicas são aplicadas “segundo as medidas do cálculo racional de uma técnica específica que é mobilizada no ato contingente da invenção,”⁴⁶ para utilizar as palavras de Robert Klein. Essa perspectiva contingencial⁴⁷ de retórica não é nada moderna.⁴⁸

A quem fitam as pessoas, atônitas, quando ele fala? A quem aplaudem? A quem tomam, diria eu, por um deus entre os homens? – Os que falam com nitidez, de maneira explícita e profusa, cujas palavras e argumentos são apresentados com completa clareza e que, ao proferirem um discurso, são capazes de atingir uma espécie de rimo, falando da maneira que chamo de enfeitada.⁴⁹

Todos os *genera* de discurso público que empregamos são não apenas variáveis em si, mas tem de ser *accommodata* – adaptados ou

⁴⁶ KLEIN, Robert. La théorie de l'expression figurée dans les traités italiens sur les imprese, 1555-1612. In: ___. **La forme et l'intelligible**. Paris: Gallimard, 1970. p. 136.

⁴⁷ A perspectiva contingencial da retórica já foi destacada por importantes estudiosos do tema. Por exemplo, segundo Galen Strawson, a unidade básica da retórica não é a palavra, mas sim o enunciado, entendo enunciado por “a relação linguística estabelecida num ato de fala entre uma caracterização (ou um predicado) e uma identificação (ou a situação e a posição de um sujeito lógico)”. Portanto, o enunciado somente existe na contingencialidade da experiência, o que faz com que a instituição retórica deva ser vista mais como um conjunto de procedimentos orientação à acomodação às circunstâncias práticas do que um sistema fechado e universalmente aplicável sob quaisquer circunstâncias. Ver STRAWSON, Galen. **Mental Reality**. Nova York: Library of Congress, 1994. A reflexão desenvolvida por Paul Ricoeur é semelhante. O filósofo francês lembra a fórmula do ato de fala, que, segundo ele, é o fundamento da instituição retórica latina: “Alguém fala alguma coisa sobre alguma coisa para alguém”. A partir dessa fórmula básica, Ricoeur aponta três características da instituição retórica, em todas elas sendo a contingencialidade um elemento fundamental: “1. “Alguém fala”: um ato contingente de enunciação constitui um processo de identificação gramatical e lógica que inventa a ‘primeira pessoa’ e o tempo da sua fala; 2. “alguma coisa sobre alguma coisa”: o ato contingente que inventa a enunciação do sujeito lógico e gramatical produz um enunciado, que relaciona um sentido a uma referência e a uma significação; 3. “para alguém”: o ato de enunciação que constitui a 1ª pessoa e o enunciado constitui simultaneamente o destinatário, ‘2ª pessoa’”. Ver RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996. p. 93.

⁴⁸ A dimensão circunstancial da instituição retórica já pode ser percebida com alguma clareza nos textos de Aristóteles, que define a retórica como “a faculdade de descobrir especulativamente aquilo que, em cada caso, pode ser adequado para persuadir”. Ver ARISTÓTELES. **Organon IV. Les réfutations sophistiques**. Trad. et notes par J. Tricot. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1939. p. 78.

⁴⁹ QUINTILIANO. **Instituta Oratoria**. Michigan: Michigan University Press, 1990. p. 210.

acomodados – à compreensão popular e ao vulgo em geral, sendo preciso evitar qualquer tipo de enfeite exagerado.⁵⁰

As citações foram extraídas de dois dos principais manuais da tradição retórica latina, ambos pertencentes à biblioteca de Eduardo Prado, cujo catálogo, como já comentei em outros momentos, foi publicado em 1916.⁵¹ Os textos foram classificados com a rubrica “Linguística e Literatura”. Trata-se do “*Instituta Oratoria*”, de Quintiliano, e o “*De Oratore*”, de Cícero. Em ambos os textos, existe o esforço de conciliar a precisão retórica, que é definida como “clareza” por Quintiliano e “acomodada” por Cícero, com o adequado enfeitamento da palavra. Para os teóricos, o orador precisa ser capaz de falar com clareza e com pertinência, sem que “haja nada que pareça impróprio ou supérfluo.”⁵² Quando Prado define a “retórica bacharelesca” brasileira como “imprópria”, “superficial” e “inútil”, ele parece estar querendo dizer que aos nossos oradores do século XIX faltava a capacidade de falar com clareza e de forma adequada às circunstâncias, para que, de fato, o discurso fosse eficaz na compreensão e na resolução dos problemas apresentados pela experiência.

Essa reivindicação de clareza e objetividade, entretanto, não fez com que Prado tenha deixado de reconhecer a importância do embelezamento da palavra. Em um texto publicado, em 1897, na coluna “Livros Novos”, da Revista Moderna, onde Prado resenhava os livros recém-publicados no Brasil e em Portugal, o autor disse que “o dom de bem falar, quando é resultante do dom de bem compreender, e quando o falar sempre com elegância, é a expressão elevada e instintiva de um sentir sempre nobre – teve, em todos os tempos, e terá sempre, uma influência avassaladora, enquanto os homens viverem em sociedade.”⁵³

A nobreza da fala está, para Prado, na associação entre o “dom de bem compreender” e a “elegância”, sendo o estilo valorizado como um elemento fundamental para o exercício retórico, pois, somente assim, “o escritor é capaz de presentear o seu leitor com um texto útil e belo”.⁵⁴ Para o autor, um dos principais

⁵⁰ CÍCERON. *De oratore*. Madri: Gregos, 2002. p. 42.

⁵¹ GAZEAU, Alfred. *Catalogue de la bibliothèque de Eduardo Prado*. São Paulo. Typ. Brasil de Rotschilld e Cia, 1916.

⁵² QUINTILIANO. *Instituta Oratoria*. Michigan: Michigan Univesty Press, 1990. p. 213.

⁵³ PRADO, Eduardo. *Revista Moderna*. 05 de outubro de 1897. (Coletâneas, v. 1, p. 267).

⁵⁴ Idem.

defeitos da “retórica bacharelesca brasileira” era “o estilo por demais empolado, de frase longa, torturada, difícil e obscura”. Da mesma maneira como fizeram os teóricos latinos da retórica, Prado não dissociou a forma do conteúdo, e considerou a beleza do estilo um importante atributo para o discurso, desde que isso não comprometesse a abordagem clara e útil da realidade, entendendo por “utilidade” a capacidade do discurso em “abordar rigorosamente a realidade, sem maiores voos fantasiosos”.⁵⁵

Como eu já disse, em nenhum momento das suas críticas ao “palavrório bacharelesco” brasileiro, Prado citou as referências que estavam no seu horizonte de “boa retórica”. Porém, penso não ser um absurdo sugerir que ele tinha em mente, justamente, as recomendações apresentadas pelos retóricos latinos, como Cícero e Quintiliano. Por exemplo, ao comentar o romance “Passionário”, do escritor pernambucano Theotonio Freire, Eduardo Prado disse que “o possível mérito do romance se dissipa no hercúleo esforço do escritor em enfeitar demasiadamente a sua linguagem, o que traz grande prejuízo à clareza da estória”.⁵⁶ Novamente, o problema, para Prado, não parece estar, em si, no embelezamento da palavra, mas no excesso, no exagero, o que o aproxima da noção *ornato*, que é bastante valorizada pela tradição latina, sendo parte constitutiva da *elocutio*, que junto com a *inventio* e com a *dispositio*, forma o conjunto dos procedimentos constitutivo da instituição retórica.⁵⁷

Para Quentin Skinner, a *elocutio* foi o procedimento mais abordado tanto nos manuais de retórica latinos como nos renascentistas, sendo considerada “o poder do orador de despertar as emoções da plateia”.⁵⁸ Ao examinar importantes tratados dessa tradição retórica, entre eles os já citados “*Instituta Oratoria*” e “*De oratore*”, Skinner afirma que esses autores definiam o *ornato* como um “equipamento para a batalha”, que deveria ser usado com “adequação” pelo

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibidem. p. 272.

⁵⁷ HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica e discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013. Para o autor, a *inventio* era o exercício de encontrar os lugares comuns adequados à circunstancialidade do discurso, o que significa uma importante diferença em relação à noção moderna de originalidade. Já *dispositio* consiste no ordenamento do discurso, ou seja, na escolha do gênero (se prosa ou verso) no qual o orador dá forma à sua fala, sendo necessário adequar o gênero à circunstância da argumentação.

⁵⁸ SKINNER, Quentin. **Razão e República na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 92.

orador. Portanto, o *vir civilis*, de acordo com os teóricos latinos da retórica, deveria ser capaz de adequar a escolha das palavras à circunstância do discurso, o que envolve, entre outras coisas, a natureza do assunto abordado e as características do público para o qual se fala. Em nenhum momento, Prado utilizou o termo “ornato” para criticar o estilo “pomposo” e “superficial” dos oradores e escritores brasileiros, mas me arrisco a propor que era algo parecido com essa concepção de embelezamento discursivo, discreto e regrado, que ele tinha em mente quando definiu como requisitos para a “boa e útil retórica” a clareza, o tratamento empírico da realidade e a elegância. Em algum momento, ele deve ter folheado os seus exemplares de Cícero e Quintiliano.

Como já comentei antes, longo de 1897, Eduardo Prado escreveu, na Revista Moderna,⁵⁹ a coluna “Livros Novos”, onde resenhava alguns textos recentemente publicados. Na edição de outubro de 1897, Prado criticou o livro “*L’Oeuvre Internationale*”, do escritor carioca Sebastião Magalhães Lima (1850-1928), um defensor do sistema republicano federativo de governo. Para Magalhães Lima, “tem-se dito que as contínuas agitações das Repúblicas americanas são um argumento poderoso contra o federalismo. Os que sustentam esta opinião não deixam-se enganar por aparências ilusórias. Os piores servidores não podem obscurecer a excelência de um princípio”.⁶⁰ A crítica de Eduardo Prado ao argumento de Magalhães Lima nos ajuda a compreender o que o autor entendia por “boa e útil retórica”.

Fica, então, reduzida a nada o valor da experiência na ciência social? Assim parece, porque, apesar dos fatos em contrário, o sr Magalhães Lima diz que Federação e Paz são expressões semelhantes. O sr Magalhães Lima segue até ao fim do seu folheto exprimindo os seus *pia desideria*: paz, fraternidade, amor, etc, etc. Cita muito e esclarece pouco, e o leitor chega à última página sem ter descoberto o remédio prometido no capítulo primeiro. Ainda desta vez não ficou resolvido o velho problema da felicidade dos homens.⁶¹ (Grifos Meus)

⁵⁹ A “Revista Moderna” foi um periódico de variedades editado por Martinho Carlos Arruda Botelho que circulou em Portugal no final da década de 1890, sendo um espaço de encontro para a intelectualidade luso-brasileira da época.

⁶⁰ LIMA, Luís Magalhães. *L’Oeuvre Internationale*. Paris: Giard & Brière, 1897. p. 27.

⁶¹ PRADO, Eduardo. *Revista Moderna*. 05 de outubro de 1897. (Coletâneas, v. 1, p. 288-289).

Para Prado, o grande problema do livro de Magalhães Lima era, justamente, o pouco valor que a abordagem atribui à experiência concreta, como, por exemplo, o funcionamento dos governos republicanos na América Latina. Eduardo Prado, portanto, priorizava o estudo das experiências sociais, em detrimento das abstrações filosóficas. É exatamente por se limitar ao plano do pensamento, que o argumento de Magalhães Lima, para utilizar as palavras do próprio Eduardo Prado, “cita muito e esclarece pouco”. Como deveria se comportar, então, o homem público interessado na interpretação da realidade? O próprio Eduardo Prado, na polêmica travada com o médico positivista Luís Pereira Barreto⁶² (1840-1923), esclarece a questão.

Em abril de 1901, no jornal “O Estado de São Paulo”, Pereira Barreto publicou o artigo “O século XX sob o ponto de vista brasileiro”, onde se propôs a analisar “os motivos que justificam o atraso da nação,”⁶³ tema sobre o qual os intelectuais brasileiros estavam se debruçando na época.⁶⁴

Nenhum país oferece tamanha variedade de condições climatéricas com o Brasil, que tem todo o território navegável, de norte a sul do território. O mundo da ciência contempla com admiração os extraordinários recursos que nos dão as nossas disposições topográficas.⁶⁵

Ao elogiar, dessa forma, as condições naturais do Brasil, Pereira Barreto estava se apropriado da interpretação desenvolvida pelo historiador britânico

⁶² Segundo Ivan Lins, Pereira Barreto é o principal nome do positivismo brasileiro independente, não tendo tido, jamais, vínculos mais estreitos com o Apostolado Positivista, fundado e comandado por Miguel de Lemos e Teixeira Mendes. O autor argumenta, também, que Pereira Barreto, com o seu livro “As Três Filosofias”, foi o pioneiro na divulgação das ideias de Augusto Comte no Brasil. Na época, o livro gerou muita polêmica entre os próprios positivistas, chegando a ser definido por Miguel Lemos como uma “manta de retalhos escandalosamente plagiados”. Na interpretação de Ivan Lins, os conflitos que foram travados entre Pereira Barreto e o Apostolado Positivista podem ser interpretados na perspectiva da dicotomia heterodoxia X ortodoxia. Enquanto Pereira Barreto era um “vulgarizador” da doutrina de Comte, tendo o objetivo de difundir as ideias do filósofo no Brasil, os membros do Apostolado afirmavam ser necessário não “macular a doutrina do mestre francês”. Ver LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962. p. 57.

⁶³ BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo**. 25 de abril de 1901.

⁶⁴ Sobre os debates que, no final do século XIX, abordaram o problema das relações entre a natureza e a nacionalidade brasileira, remeto o leitor ao estudo de Márcia Naxara. Ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

⁶⁵ Idem.

Henry Thomas Buckle (1821-1862), que era bastante conhecida na época.⁶⁶ De acordo com a interpretação de Luciana Murari, autora de um importante estudo sobre a circulação das teses de Buckle pela historiografia brasileira finissecular,

Em suas teorias, o naturalista afirmava que, nos países quentes e de solo fértil, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho. (...) Em síntese, o principal argumento de Buckle sobre o Brasil era que, diante do esplendor da natureza, o país não deixava espaço para os homens, reduzidos à insignificância frente à majestade natural que os cercavam.⁶⁷

Portanto, para os autores que seguiram as trilhas de Buckle, entre os quais Luciana Murari insere os nomes de Capistrano de Abreu e de Oliveira Viana, a fertilidade e opulência da natureza eram, ao mesmo tempo, virtudes e catalisadores de um vício, pois acomodado com as “facilidades da terra”, o brasileiro havia se tornado um tipo social preguiçoso e indolente. O que mais irritou Eduardo Prado foi o fato de Pereira Barreto ter atribuído à formação católica a responsabilidade pelo atraso do Brasil.

Habitamos o mais belo, o mais rico, o mais favorecido, o mais fácil, para a vida, de todos os países da terra. Somos, porém, um povo que nada tem feito, por viver atrasado, peiado, atado, paralisado, desinteressado das coisas deste mundo, porque vivemos enfeitados pela preocupação da outra vida e do sobrenatural, fruto da perniciosa influência do catolicismo português.⁶⁸

Pereira Barreto tocou em um tema bastante sensível para Eduardo Prado, que, desde meados da década de 1890, estava estudando a história da colonização portuguesa nos trópicos americanos. Prado considerou o texto de Pereira Barreto uma ofensa àquilo que, para ele, era o elemento mais valioso da nacionalidade

⁶⁶ Henry Thomas Bukcle considerava o Brasil o exemplo mais claro dos efeitos deletérios que a natureza opulenta e fértil podem ter na formação do caráter nacional de um povo. De acordo com o historiador inglês, “Todo o Brasil, apesar de suas várias vantagens aparentes, sempre permaneceu totalmente incivilizado; seus habitantes vagam selvagens, incompetentes para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza colocou em seu caminho. Os nativos, como todos os povos na infância da sociedade, são avessos ao empreendimento e, ignorantes com as artes devido a impedimentos físicos, nunca tentaram lidar com as dificuldades que impediram seu progresso social.”. Ver BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England (vol. I)**. London: Longmans, Green and C.O., 1908. p. 79.

⁶⁷ MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 75.

⁶⁸ BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo**. 25 de abril de 1901.

brasileira: o catolicismo legado pela colonização portuguesa. Não estou interessado, neste artigo, em analisar esse aspecto da interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado, mas sim na crítica que ele fez ao método analítico desenvolvido pelo seu interlocutor. Para Prado, o letrado deveria, sempre, partir da realidade, evitando fundamentar a sua análise em formulações tão somente abstratas. Vejamos como o próprio autor desenvolveu essa reflexão:

O otimismo anticientífico do escritor quer fazer caber no mesmo saco muitos proveitos contraditórios, como se fosse possível sustentar uma tese científica apenas com abstrações, sem nenhum apreço pela realidade concreta da nossa natureza. Esta noção de nossas imensas riquezas, noção originada da vaidade ignorante, passou agora a ser o que o Dr Barreto tem do Brasil. É a mais falsa, perigosa e enganadora das ilusões. As coisas são o que são e não o que queremos que elas sejam. O Dr Barreto, porém, vive feliz, porque a sua visão das coisas é o reflexo exato dos seus desejos. E logo traz essas coisas a público, como ele as vê, e é inegável que o ilustre clínico vê errado.⁶⁹ (Grifos Meus)

Na citação, Prado, novamente, nos apresenta alguns valores pertencentes ao repertório da tradição clássica, como, por exemplo, o compromisso da formulação discursiva com a realidade prática e o seu objetivo de modificá-la em função do bem comum. Temos aqui, portanto, a correlação entre o discurso e a atuação política, tal como podemos perceber nos textos de importantes autoridades clássicas, como, por exemplo, Aristóteles, que abordou o problema da ação política no tratado “Ética a Nicômaco” (pertencente ao acervo bibliográfico de Eduardo Prado, segundo o catálogo organizado por Alfred Gazeau). Nesse texto, Aristóteles, de acordo com a interpretação de Hans George Gadamer, criticou a ideia platônica de bem comum, considerada pelo Estagirita como uma “generalidade vazia”. Essa crítica, ainda segundo as considerações de Gadamer, faz de Aristóteles “o fundador da ética como disciplina independente da metafísica”.⁷⁰ As palavras do filósofo grego parecem confirmar a interpretação do intérprete alemão.

Uma vez que a presente investigação não visa ao conhecimento teórico como as outras — porque não investigamos para saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos bons, do contrário o nosso estudo seria inútil —, devemos examinar agora a natureza dos atos, isto é, como

⁶⁹ PRADO, Eduardo. **Coletâneas. Vol 4.** São Paulo: Tipografia Salesiana, s/d. p. 169-170.

⁷⁰ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 47.

devemos praticá-los; pois que, como dissemos, eles determinam a natureza dos estados de caráter que daí surgem.⁷¹

Aqui, Aristóteles está investindo de valor uma sabedoria prática e atenta às especificidades da experiência, diferente do conhecimento abstrato e teórico tão caro a Platão. Contudo, é necessário ter alguma cautela para não estabelecermos uma ruptura demasiadamente radical entre a discussão ética desenvolvida por Aristóteles e a metafísica platônica, pois ambos os filósofos não separam o conhecimento do domínio da ética, pensada aqui como a “busca pelo bem”. A grande novidade trazida por Aristóteles é, exatamente, o enfoque na dimensão circunstancial desse comportamento ético/epistemológico, pois “as explicações que buscamos devem estar de acordo com os respectivos assuntos”. O que Aristóteles parece estar reivindicando é a adequação entre o exercício epistemológico e o fenômeno analisado, entre a atuação política e as especificidades da situação. É importante dizer que, para o grego, esse saber prático não é, necessariamente, superior ao saber proveniente da metafísica, sendo, tão somente, mais adequado ao estudo dos assuntos humanos. Diz o filósofo que “(...) as questões de conduta e do que é bom para nós não têm nenhuma fixidez, pois não há arte ou preceito que os abranja a todos, mas as próprias pessoas atuantes devem considerar, em cada caso, o que é mais apropriado à ocasião”.⁷²

Não se trata, aqui, portanto, da simples desqualificação da abstração platônica, mas sim na afirmação de que as “coisas humanas” não são compatíveis com a rigidez teórica, que se demonstra “útil nos estudos dos assuntos da matemática”. Portanto, é como se Aristóteles estivesse interessado em desenvolver uma abordagem adequada ao esforço de compreensão dos assuntos humanos, abordagem que não tem teor exclusivamente epistemológico, mas que visa, também, orientar a ação política. É, justamente, esse saber ético/político, de natureza prática e voltado para a singularidade da experiência, que Aristóteles chama de *phronesis*.⁷³ Porém, é preciso tomar cuidado, adverte Gadamer, para não

⁷¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. 30.

⁷² *Ibidem*. p. 31.

⁷³ A *phronesis* aristotélica já foi tema de diversos estudos, sendo, portanto, impossível, nos limites deste artigo, inventariar toda essa fortuna crítica. Por isso, destaco os estudos que foram mais importantes para a reflexão que desenvolvo neste artigo: os de Gadamer, já devidamente referenciados no corpo do texto, os de Alasdair MacIntyre e os de Paul Ricoeur. O filósofo inglês

imputarmos ao Estagirita a posição de pioneiro nos debates filosóficos a respeito dos saberes práticos. Platão, antes de Aristóteles, já o tinha feito, mas de maneira ligeiramente distinta.

Uma técnica se aprende e pode ser esquecida; pode-se perder uma habilidade. Mas o saber ético nem se aprende nem se esqueceu. Ele não é como o saber de uma profissão que se pode escolher; não se pode recusá-lo e escolher um outro saber. Pois, ao contrário, o sujeito da *Phronesis*, o homem, se encontra desde já em “ação numa situação” e, assim, sempre obrigado a possuir um saber ético e a aplicá-lo segundo as exigências de sua situação concreta.⁷⁴

Portanto, enquanto Platão definiu a *techné* como algo similar ao “ofício do artesão”, Aristóteles pensou a *phronesis* na perspectiva da vida política, como uma espécie de comportamento obrigatório para o cidadão que deseja ser virtuoso. Por isso, apesar de ambas serem conhecimentos de tipo prático, a *techné* e a *phronesis* não devem ser tomadas como equivalentes. Seja como for, o mais importante para a minha discussão é o fato de Eduardo Prado, aparentemente, ter seguido a fórmula aristotélica nas suas considerações político/epistemológicas. O autor jamais chegou usar o termo *phronesis*, mas estou convencido de que ele, ao valorizar muito mais o conhecimento prático do que o teórico, se colocou na tradição inaugurada pelo Estagirita.

Por exemplo, ao comentar os seus estudos sobre a Companhia de Jesus no período colonial, Prado disse ser o seu trabalho “histórico e descritivo, de natureza prática, e não especulativa e teórica”. Ao priorizar esse tipo de conhecimento, mais

Alasdair MacIntyre é um dos principais analistas contemporâneos da *phronesis* aristotélica, sendo um defensor da retomada da ética aristotélica das virtudes como tradição de pesquisa racional em “resposta à crise moral moderna”. Nas palavras do próprio autor, “a insistência de Aristóteles de que as virtudes encontram seu lugar, não na vida do indivíduo, mas na vida da cidade e que o indivíduo só é realmente inteligível como *politikón zóon*” (p.82). Já Paul Ricoeur questiona a percepção de que a ética aristotélica possa, de fato, ser um horizonte eficiente para as relações políticas contemporâneas, sendo necessário, portanto, a revisão das formulações do grego, com o objetivo de adaptá-las às conjunturas do nosso tempo, o que, nas palavras de Ricoeur, “é um esforço de adaptação que é a parte fundamental do *corpus* aristotélico”. A despeito das diferenças nas abordagens dos dois autores, ambos, tal como Gadamer, situam a *phronesis* no plano da ação prática, diferenciando-a da metafísica platônica. Ver MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de Quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Loyola, 1991.; RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990 e ainda CARVALHO, Helde Buenes Aires de. **Tradição e racionalidade na filosofia de Alasdair MacIntyre**. São Paulo: Unimarco, 1999.; ver também CARVALHO, H. B. A. de. **Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional**. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 31-64.

⁷⁴ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 52.

atento aos fatos do que às estruturas, Prado estava mobilizando algo muito próximo à proposta epistemológica que Aristóteles desenvolveu no “Ética a Nicômaco”. O esforço de Eduardo Prado em defender esse conhecimento prático e voltado ao bem comum é especialmente perceptível nas críticas que ele fez aos legisladores republicanos, onde ele confrontou, entre outros, Rui Barbosa (1849-1923) e o publicista português José Pereira de Sampaio (1857-1915), mais conhecido como Bruno, que foi o mais destacado defensor da República brasileira na imprensa portuguesa finissecular. Ao se debruçar sobre o tratamento que Rui Barbosa e Bruno deram às instituições Republicanas, Prado utilizou um termo que, até então, pouco havia aparecido nos seus escritos: a “prudência”.

Para ele, [Rui Barbosa], tudo parece simples, tudo imagina possível. O direito de fazer leis é considerado pelo ilustre Ministro como uma espécie de solução milagrosa para todos os problemas sociais e políticos. O Dr Rui Barbosa já é considerado na Europa um estadista da estirpe hispânica: pouco prudente e exagerado nas suas ambições salvadoras.⁷⁵ (Grifos Meus)

O sr Bruno, homem pouco prudente, tem muita fé nesse remédio simples, que julga próprio para curar todos os males. (...) [Por isso], o sr Bruno escreve um livro só para aconselhar a Portugal que adote a República, como já fez o Brasil. (...) Diante das necessidades sociais do século novo, vir declarar que o remédio para os males humanos é a República, é uma manifesta confissão de atraso. É participar de uma superstição tão pouco científica, como qualquer outra superstição.⁷⁶ (Grifos Meus)

O autor utilizou esse conceito na perspectiva de uma tradição filosófica que, herdeira da *phronesis* aristotélica, inseriu a *prudentia* no universo das discussões a respeito do “bom governo”. De acordo com o catálogo da biblioteca de Eduardo Prado, constava no seu acervo bibliográfico, pelo menos, escritos de três dos autores que se destacaram nas discussões a respeito da *prudentia*: Tomás de Aquino, Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini. É certo que Prado, em nenhum momento, citou esses nomes, mas, me parece que, de alguma forma, ele estava inspirado pelos escritos desses autores.

De acordo com os estudos de Michel Senellart, os escritos de Tomás de Aquino, em especial a “Suma Teológica”, que constava no acervo bibliográfico de

⁷⁵ Ibidem. p. 16.

⁷⁶ PRADO, Eduardo. **Revista Moderna**. 15 de abril de 1898. (Coletâneas, v. 1, p. 394-395)

Eduardo Prado, apresentam os fundamentos de “uma nova base da ética governamental”.⁷⁷ Para o autor, a reflexão ética desenvolvida por Tomás de Aquino é a matriz da concepção moderna de “arte de governo”, entendida como o esforço do “bom governante” em compreender as condições práticas da realidade na qual ele exerce seu poder e agir de acordo com as condições apresentadas pelas circunstâncias.

O discurso da disciplina cede então o lugar ao discurso da arte: nascimento propriamente dito da arte de governar, os príncipes sendo investidos, nessa nova economia natural, da plenitude do *regimen*. Longe portanto de o pensamento medieval completar-se e resumir-se na obra de Tomás, ele sofre nesta uma mudança que o desliga da sombria obseção da carne rebelde e o orienta para o inventário industrioso das positivities terrestres.⁷⁸

Para Senellart, a novidade da argumentação tomista já pode ser identificada no tratado “*De Regno*”, que é um texto “tipicamente medieval por inúmeros aspectos, revelando, porém, um novo estilo de reflexão política”. Tomás de Aquino teria, então, ainda segundo as considerações de Senellart, tratado a função real de uma forma distinta da tradição consagrada na época, que era baseada nos escritos de Isidoro de Sevilha.⁷⁹

Servindo-se da forma convencional dos *Specula*, Tomás de Aquino modifica suas articulações internas a fim de deslocá-la de uma economia punitiva da disciplina a uma economia diretiva do governo. Passagem de um mundo oprimido pela catástrofe da queda a um mundo ordenado em uma hierarquia de fins. É essa *order finium* que Maquiavel irá rejeitar, mas esse gesto, em seu corte, prolongará a passagem efetuada por Tomás de Aquino à condução dos negócios humanos.⁸⁰

Ao formular a sua interpretação nesses termos, Senellart questiona a rigidez com a qual Maquiavel costuma ser definido como o fundador da ciência política

⁷⁷ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 167.

⁷⁸ Ibidem. p. 172.

⁷⁹ Ao escrever sobre as relações entre os poderes temporais e religioso, Isidoro de Sevilha, nas suas “Etimologias”, que costuma ser considerada a primeira enciclopédia da tradição cristã, argumentou que é “na incapacidade da fala que residia a necessidade do governo temporal, este sendo reparando pela força o fracasso da prédica” (p. 177). Isidoro de Sevilha, portanto, examinou o Estado a partir da sua natureza divina, tendo sido um dos principais responsáveis pela sistematização do conceito de “Monarquia Teocrática”. Ver RIBEIRO, D. V. **A sacralização do Poder Temporal: Gregório Magno, e Isidoro de Sevilha** In: SOUZA, José Antônio de C. R. (Org.). **O Reino e o Sacerdócio – O pensamento político na Alta Idade Média**, s/d. p. 91-112.

⁸⁰ Ibidem. p. 174.

moderna, tornando, assim, menos precisas as fronteiras que separam o medievo da modernidade. O que mais me interessa nos estudos de Michel Senellart é a sua análise a respeito da *prudentia regnativa*, que é um dos principais temas abordados por Tomás de Aquino na “*Suma Teológica*”, “que deslocou para o terreno empírico um certo número de temas edificantes, o que levou ao reconhecimento de uma relativa autonomia da prática governamental”.⁸¹ O autor está sugerindo, portanto, que Tomás de Aquino, de forma relativamente inédita, sistematizou uma reflexão política baseada nos princípios práticos do ato de governar e não na idealização teológica transcendental, como era feito até então.

Tomás estabelece uma distinção entre o *regimen*, como princípio constituinte da sociedade, e a *gubernatio*, como aplicação concreta das técnicas diretivas e a análise que ele oferece da prudência dos reis na *Suma Teológica*, demonstram uma atenção nova às realidades práticas e contingentes.⁸²

As próprias palavras de Tomás de Aquino confirmam a interpretação de Senellart, na medida em que sugerem o compromisso com a razão prática, com uma perspectiva empírica da realidade, para manter a formulação que está sendo tão importante para a reflexão que venho desenvolvendo neste artigo: “A arte e a prudência [concernem] às realidades contingentes, mas a arte tem por objeto as coisas que se fazem (*factibilia*), isto é, constituídas em uma matéria exterior, como uma casa, uma faca e coisas semelhantes, e a prudência, as ações (*agibilia*), as quais têm sua existência no próprio agente”.⁸³

Ao definir a *prudentia* desta forma, Tomás de Aquino estava seguindo Aristóteles, naquilo que refere ao elogio da “virtude específica que permite ao homem, nas coisas contingentes, atingir racionalmente seus objetivos”.⁸⁴ Essa apropriação somente foi possível, ainda de acordo com os estudos de Senellart, em virtude de um intenso movimento de redescoberta do *corpus* aristotélico, que resultou, a partir do século XII, na publicação de diversas traduções dos textos do filósofo grego, empenho que encontrou em Tomás de Aquino um dos seus principais entusiastas. Entre os textos que foram redescobertos nesse momento,

⁸¹ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 189.

⁸² Idem.

⁸³ AQUINO, Tomás de. *apud* SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 192.

⁸⁴ Idem.

Senellart destaca o “Ética a Nicômaco”, que, como sabemos, foi onde Aristóteles deu os contornos mais claros à sua concepção de *phronesis*. Essa discussão a respeito da capacidade de cálculo prudencial do “bom governo” continuaria sendo desenvolvida pelos autores que, posteriormente, seriam fundamentais para a consolidação da tradição republicana.

Em um estudo dedicado à concepção de “bom governo” desenvolvida nos escritos de Francesco Guicciardini, o historiador brasileiro Felipe Charbel Teixeira afirmou que o autor florentino buscou

equilibrar e conciliar os valores fundamentais do *bom governo* com a defesa dos preceitos empíricos da *arte do estado*, de modo a ressaltar a possível complementaridade entre ações estratégicas que busquem resultados eficientes e os valores fundamentais, coletivamente compartilhados e estabelecidos, de uma República bem-ordenada: em suma, um melhor governo possível.⁸⁵

Existe no pensamento político republicano de Guicciardini, segundo o intérprete brasileiro, a mesma percepção que quatrocentos anos mais tarde se faria presente, também, nos textos de Eduardo Prado: o bom governo não é aquele que resolve todos os impasses da sociedade, mas sim aquele que, dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, faz o melhor possível. Da mesma maneira como Senellart atribuiu à *prudentia* tomista a herança da *phronesis* aristotélica, Felipe Charbel situa o “olhar agudo e penetrante”, que Guicciardini acreditava ser fundamental para a prudência governativa, na esteira da “filosofia prática aristotélica”, argumentando que, “na busca do equilíbrio entre uma moral ideal e as possibilidades efetivas do agir, Aristóteles parte da observação dos próprios desígnios que os agentes se impõem, de suas condutas e motivações, no sentido de delimitar os bens por eles almejados”.⁸⁶

Os estudos de Gadamer sobre a *phronesis* aristotélica, de Senellart sobre a *prudentia* tomista e de Felipe Charbel sobre a teoria republicana do bom governo apontam para a existência de uma importante tradição político/epistemológica no pensamento ocidental. Essa tradição teve vida longa, chegando até o século XIX,

⁸⁵ SILVA, Felipe Charbel Teixeira da. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325- 349, 2007. p. 328.

⁸⁶ *Ibidem*. p. 329.

quando foi apropriada por Eduardo Prado. Por isso, e é esse argumento que estou tentando sustentar neste artigo, a semelhança entre os escritos de Eduardo Prado com os textos de autores como Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Tomás de Aquino, Maquiavel e Guicciardini é tão perceptível. Essa semelhança não é nada fortuita, sendo, ao contrário, o resultado do diálogo do autor com a tradição retórica que delineou a arena da política como o lugar do conhecimento prático, do cálculo circunstancial, e não das idealizações abstratas, como propuseram os sistemas filosóficos modernos, como o iluminismo, o positivismo e o marxismo.

Conclusão

Neste texto, meu esforço foi o de visitar a extensa obra de um dos mais importantes escritores brasileiros do final do século XIX. Como não seria possível uma apreciação mais global dos escritos de Eduardo Prado, optei por um recorte temático, que, como o leitor pôde perceber ao longo dessas trinta páginas, priorizou o tratamento que ele deu ao tema da retórica. Outros recortes temáticos seriam possíveis. Por exemplo, em 1893, foi publicado o livro “A Ilusão Americana”, certamente um dos mais conhecidos de toda a bibliografia eduardiana. Nesse texto, Prado examina a história das relações internacionais americanas ao longo do século XIX, com o objetivo de criticar a “Doutrina Monroe”, segundo a qual a diplomacia republicana estreitava as relações com os EUA. Se o meu esforço de análise tivesse estado concentrado nesse livro, seria possível ter examinado como Prado abordou o tema da temporalidade, da crítica historiográfica ou da relação entre o republicanismo moderno e as virtudes políticas clássicas.

Nos tempos da faculdade de direito, em 1881, Prado, junto com Raul Pompeia, Afonso Celso e Assis Brasil, dirigiu um pequeno jornal estudantil chamado “A Comédia”.⁸⁷ Se tivesse me debruçado sobre esse periódico, seria possível compreender como Eduardo Prado mobilizou valores constitutivos do repertório do direito natural, o que demonstra como a sua adesão ao conservadorismo moderno somente pode ser percebida com mais clareza a partir

⁸⁷ O jornal “A Comédia” foi um periódico formado por jovens escritores, como, por exemplo, Raul Pompeia, Afonso Celso e Assis Brasil, sendo, nas palavras de Brito Broca, “uma espécie de laboratório para escritores que teriam destaque na vida literária brasileira do final do século XIX”. Com uma tiragem pequena, o jornal circulou por apenas um ano, sendo Eduardo Prado, que em uma referência direta ao Partido Conservador inglês assinava seus textos com o pseudônimo *Tory*, um dos seus redatores e escritores mais participativos. Ver BROCA, Brito. **A Vida literária no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 79.

do final da década de 1880. São, portanto, várias as possibilidades de analisar uma produção tão extensa como a de Eduardo Prado. Como já comentei em outros momentos deste artigo, explorei esses e outros aspectos do pensamento político desse autor na minha tese de doutorado.

Aqui, neste trabalho, estive interessado, especialmente, em compreender como Prado utilizou os valores da tradição retórica no seu esforço de interpretar a realidade nacional. Em um momento no qual a política e a sociedade brasileiras passavam por profundas transformações, Eduardo Prado se mostrou um importante ator político, tendo sido protagonista tanto nas disputas entre os Partidos Liberal e Conservador, nos últimos anos da Monarquia, como nos conflitos entre monarquistas e republicanos, nos primeiros anos da República. Ao se manifestar publicamente, Prado, entre outras coisas, definiu o bacharelismo como a causa maior dos infortúnios da nação. Para o autor, o bacharelismo se caracterizava pela retórica vazia, adornada e sem compromisso com a realidade prática, diferente da retórica clássica, essa sim, prudente, adequada, de estilo sóbrio e voltada à ação pública efetiva. O que estava em jogo para Eduardo Prado, portanto, era o delineamento de certa proposta de atuação discursiva e, principalmente, de homem público.

O Brasil, para Eduardo Prado, precisava de líderes aptos a compreender os verdadeiros dilemas da nação e de atuar no sentido de resolvê-los, o que envolveria, também, a capacidade de performance retórica verdadeiramente virtuosa, entendendo o termo à luz de autoridades clássicas como Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Ainda hoje, quando mais de cem anos nos afasta do cenário no qual Eduardo Prado escreveu, o seu diagnóstico parece ser algo coerente.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

ARISTÓTELES. **Organon IV. Les réfutations sophistiques.** Trad. et notes par J. Tricot. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1939.

_____. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Nova Cultura, 1991.

BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo.** 25 de abril de 1901.

BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England (vol. I)**. London: Longmans, Green and C.O., 1908.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**.

CÍCERON. **De oratore**. Madri: Gregos, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global, 2004.

GAZEAU, Alfred. **Catalogue de la bibliothèque de Eduardo Prado**. São Paulo: Typ. Brasil de Rotschilld e Cia, 1916.

PRADO, Eduardo. **Jornal Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

___ . **Viagens**. São Paulo. Tipografia Salesiana: 1902

___ . **Jornal Correio Português**. Abril de 1888.

___ . **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

___ . **Jornal A Bomba**. 09 de novembro de 1894.

___ . **Revista Moderna**. 05 de outubro de 1897.

QUINTILIANO. **Instituta Oratoria**. Michigan: Michigan Univesty Press, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. Brasilia: UNB, 1997.

TORRES, Alberto. A organização nacional. **Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brasil**, n. 11, 3º tri. 1908.

Bibliografia específica:

ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 85, p. 131-148, nov. 2009.

ANDRADE, Miranda. **Eça de Queiroz e a Revista de Portugal**. 1 ed. Lisboa: Revista Ocidente, 1984.

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da Nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Vida literária no período de Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. *In*: SILVA, Fernando Teixeira; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: UNESP, 2003. p. 83-105.

BROCA, Brito. **A Vida literária no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CARVALHO, Helde Buenes Aires de. **Tradição e racionalidade na filosofia de Alasdair MacIntyre**. São Paulo, Unimarco, 1999.

__. Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional. *In*: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2001. p.31-64.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000.

FELGUEIRAS, Carmen Lúcia Tavares. **O Futuro e suas Ilusões. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e Eduardo Prado**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

FILHO, Cândido Mota. **A Vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GENETTE, Gérard. A retórica restrita. *In*: COHEN, Jean (Org). **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 15-34.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica e discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez. 2013

IZECKSOHN, Vitor. **O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KLEIN, Robert. La théorie de l'expression figurée dans les traités italiens sur les imprese, 1555-1612. *In*: __. **La forme et l'intelligible**. Paris: Gallimard, 1970.

LEONZO, Nancy. **A historiografia antirrepublicana: a obra de Eduardo Prado**. São Paulo: USP, 1993.

LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. *In*: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. **O Brasil Imperial**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009. v. 3.

LEVI, Darrel E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LIMA, Luís Magalhães. **L'Oeuvre Internationale**. Paris: Giard & Brière, 1897.

- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). *In*: NUNES, Gabriela; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de Quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Loyola
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MCCAM, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O conservadorismo de Eduardo Prado: a combinação dos repertórios antigo e moderno do pensamento político ocidental (1879-1901)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2015.
- PAGANO, Sebastião. **Eduardo Prado e sua época**. São Paulo: O Cetro, 1967.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, D. V. A sacralização do Poder Temporal: Gregório Magno, e Isidoro de Sevilha. *In*: Souza, José Antônio de C. R. (Org.). **O Reino e o Sacerdócio - O pensamento político na Alta Idade Média**, s/d. p. 91-112.
- RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.
- . **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. **A História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1973.
- SEHELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006.
- SILVA, Felipe Charbel Teixeira da. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325- 349, 2007.

SKINNER, Quentin. **Razão e República na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1999.

STRAWSON, Galen. **Mental Reality**. Nova York: Library of Congress, 1994.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n. 1150, ap. 906.
Rio de Janeiro- RJ. CEP: 22.060-002.
Brasil.